

ENTRE LEIS, LUTAS E PROGRESSOS: A HISTÓRIA DO ARQUIVO GERAL DA UFPEL

MARIA LUIZA GUIMARÃES BARBOSA SILVA¹; ANA INEZ KLEIN²

¹*Universidade Federal de Pelotas – marielu3241@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – anaiklein@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra as ações do projeto intitulado “A História do Arquivo Geral da Universidade Federal de Pelotas e dos Arquivos do Núcleo de Pesquisa em História Regional”, cujo objetivo é reconstruir a trajetória dos documentos universitários, com ênfase nos acervos doados ao Núcleo de Pesquisa em História Regional (NPHR) e no desenvolvimento histórico do Arquivo Geral da UFPel. O foco deste trabalho será apresentar resultados da pesquisa sobre a História do Arquivo Geral da UFPel, em relação à história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil.

Os arquivos, no Brasil, surgem com os primeiros registros históricos feitos pelos portugueses. Nesta época, os documentos produzidos tinham um caráter funcional, burocrático e regularizador, sem a ideia de que um documento também pode ser um instrumento para a preservação histórica, cultural e de disseminação de conhecimento, através dos tempos. É o que chamamos de valor secundário do documento.

O Arquivo Geral da UFPel tem suas origens no resultado da acumulação espontânea de documentos, na rotina da instituição, desde o seu surgimento em 1969 e que, lentamente, vai se estruturando, na medida em que a universidade vai ficando mais complexa.

O objetivo principal desta análise é apresentar os processos históricos pelos quais o Arquivo Geral da UFPel se constituiu, em diálogo com a trajetória dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, buscando compreender como os marcos legais, as políticas arquivísticas e as iniciativas locais contribuíram para a consolidação da área arquivística na universidade e para a valorização dos arquivos como instrumentos de memória.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada no projeto corresponde aos passos da pesquisa em história onde destaca-se o levantamento de fontes de pesquisa, a busca de documentos da história do arquivo, a elaboração de entrevistas, usando a metodologia da Memória Oral, a organização do acervo da história do Arquivo Geral da UFPEL, a análise e pesquisa bibliográfica relativa à história das universidades, dos arquivos, da arquivologia e dos arquivos universitários no Brasil e, finalmente, a publicação dos resultados.

Os documentos encontrados até esta etapa da pesquisa, mostram aspectos da origem do Arquivo Geral da UFPEL e traz informações como, por exemplo, lugares por onde passou, os servidores que lá trabalharam, os pedidos

de melhoria de prédio e manutenção, requerimentos de número maior de pessoal, entre outras informações importantes.

Como etapa inicial do levantamento inicial das fontes diretas e indiretas de pesquisa, foram realizadas entrevistas com o servidor técnico-administrativo Daniel Silva de Mello, que iniciou suas atividades no arquivo em 2004 e com Sérgio Batista Christino, chefe anterior. O trabalho de entrevistas continua.

Todos os documentos coletados até este momento integram um Acervo da História do Arquivo Geral da UFPEL, que está sendo organizado com o objetivo de possibilitar, além desta, futuras pesquisas sobre o tema.

Concomitantemente à parte prática de organização do acervo, são realizadas análises de textos sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, bem como base a experiência de outros arquivos universitários, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, é importante destacar que após o período colonial destaca-se o período da Primeira República (1889–1930), quando a descentralização política estimulou a criação de arquivos estaduais e municipais. Mas o descaso com a preservação documental persistiu. A função histórica dos arquivos ainda era pouco reconhecida, o que refletia a fragilidade institucional das práticas arquivísticas. No período histórico que se seguiu, especialmente durante a Era Vargas (1930-1945) e nas décadas posteriores, a ampliação da burocracia estatal exigiu uma maior organização dos documentos. Algumas iniciativas de gestão documental começaram a surgir, porém, sem articulação nacional nem regulamentação específica, sua eficácia encontrava-se limitada.

Foi apenas a partir da década de 1970 que a Arquivologia passou a se consolidar como campo de estudo e atuação profissional. Um marco importante foi a criação dos primeiros cursos superiores na área, como o da Universidade de Brasília (UNB), em 1977. Com isso, tem início a formação sistemática de profissionais arquivistas, bem como o desenvolvimento de uma produção teórica própria. Nesse contexto, destacam-se também os debates sobre políticas públicas para arquivos e a busca por uma legislação específica.

Esse processo culminou na promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que instituiu a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. A referida norma define os documentos arquivísticos como bens públicos e reconhece seu valor para a administração, a cultura, a pesquisa e a cidadania. A lei também garante o direito de acesso à informação e estabelece diretrizes para a preservação e para a gestão documental, em todo o país.

É neste contexto de estruturação da Arquivologia no Brasil que se constitui o arquivo da UFPel, criada em 1969, em pleno momento de busca de elaboração das normas para os arquivos brasileiros.

A partir da década de 1990, tanto no Brasil quanto entre os servidores do Arquivo Geral da UFPEL (demonstrado a partir de ofícios levantados em nossa pesquisa), observa-se o reconhecimento da necessidade de uma maior estruturação arquivística. Iniciam-se os primeiros debates sobre a importância da gestão documental, embora de formas distintas. No cenário nacional, essas discussões foram mais amplamente exploradas e institucionalizadas,

especialmente em universidades que já contavam com cursos de Arquivologia e com setores arquivísticos consolidados.

Na UFPel, ainda que os servidores do arquivo demonstrassem preocupação com a carência de políticas e práticas adequadas, como evidenciam os diversos ofícios solicitando capacitação e melhorias, a administração da universidade não priorizava o setor de forma efetiva. Essa negligência pode ser compreendida à luz de alguns fatores históricos e estruturais.

Primeiramente, a UFPel é uma universidade relativamente jovem em comparação a outras instituições federais mais antigas e já consolidadas. Além disso, a ausência de um curso de Arquivologia na instituição pode ter contribuído significativamente para uma defasagem técnica e conceitual, dificultando a formação interna de uma cultura arquivística sólida.

Os pedidos constantes por capacitação e estrutura técnica no setor de arquivo da UFPel, registrados em documentos oficiais ao longo dos anos, refletem uma carência comum a várias instituições públicas de ensino superior, naquele período. No Brasil, surgiam crescentes discursos técnicos e políticos voltados à padronização e ao desenvolvimento da área arquivística, impulsionando debates e ações que, mesmo de forma mais lenta e desarticulada, também impactaram o contexto local da UFPel.

Embora tenha reconhecida a importância da organização documental desde a década de 1990, a UFPel tem apresentado um ritmo lento, em comparação com outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na implementação de instrumentos arquivísticos fundamentais, como a Tabela de Temporalidade, os Códigos de Classificação, Política de Arquivos e a instituição da Comissão de Avaliação de Documentos. Essa defasagem pode ser atribuída a uma série de fatores estruturais e históricos, como a ausência de profissionais com formação arquivística na universidade e a pouca valorização institucional do setor arquivístico, apesar dos constantes apelos dos servidores envolvidos nas atividades de organização do Arquivo Geral.

4. CONCLUSÕES

Para fins de considerações finais, vale ressaltar um marco importante no contexto atual da UFPel, que é o ingresso dos primeiros profissionais com formação superior em Arquivologia. Foi por meio da iniciativa de servidores técnicos que se efetivou a inserção dos profissionais Alessandro Aquino Dias, em 2022, e Dulcelene Pereira Alves, em 2024, representando um momento significativo na história do Arquivo Geral da instituição. Ambos são formados nos cursos de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria e Fundação Universidade de Rio Grande, respectivamente.

Com o incentivo de servidores e servidoras da gestão da universidade, iniciou-se a elaboração de normativas fundamentais para a regularização do Arquivo, permitindo o avanço de ações essenciais para a otimização de seu funcionamento. Dentre essas ações, destaca-se: a elaboração de instrumentos estruturantes, como o Sistema de Arquivo da UFPel - instrumento que organiza e integra os arquivos da universidade, estabelecendo níveis de atuação e responsabilidade para cada unidade produtora de documentos; política Arquivística da UFPel - conjunto de diretrizes institucionais que orientam a produção, organização, preservação e acesso aos documentos arquivísticos, em consonância com os princípios da gestão documental e da transparência e a

regularização da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) - instância responsável por analisar e propor a eliminação ou preservação de documentos, conforme a Tabela de Temporalidade, assegurando o cumprimento da legislação arquivística vigente.

Essas iniciativas representam um avanço histórico na estruturação da área arquivística da UFPel e reforçam o compromisso destes profissionais com a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, ao desenvolvimento científico, bem como à cultura e às pesquisas históricas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes. Tratamento documental.** 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade Ciências e Letras. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 31, p. 167-175, jan./jun. 2002

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília**, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2025.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.23, n.3, p. 13-22, set./dez. 2013 10.

MELO, Josemar Henrique de; SILVA, Ramsés Nunes e; DORNELES, Sanderson. Olhares sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 129–144, 2017.

SILVA, Valéria Gonçalves da; OLIVEIRA, Elaine Cristina Lopes de; RODRIGUES, Luciana Aparecida. A história da Arquivologia no Brasil. **Revista do Arquivo**, Barbacena, v. 6, n. 21, p. 89–103, 2020.